

(Neo)fascismo à brasileira: o debate midiático entre o *impeachment* e a eleição de 2018

Brazilian (neo)fascism: the media debate between impeachment and the 2018 election

Fábio Bacila Sahd¹

fabiobacila@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3802-5505>

Resumo: Apresentamos os principais pontos do debate acerca da viabilidade ou não da utilização do conceito de (neo)fascismo para interpretar a atual conjuntura brasileira e global. Para tal, levantamos e mencionamos de forma cronológica a argumentação de diferentes artigos midiáticos que circularam, entre 2016 e 2018, em distintos canais, mas foram, em sua maioria, reproduzidos pelo portal *online* do Instituto Humanitas da Unisinos. Consideramos os posicionamentos esgrimidos a partir das linhas gerais do debate acadêmico acerca do fascismo, constatando que os intelectuais envolvidos reproduziram, também no campo midiático, a ambiguidade conceitual presente no referencial bibliográfico especializado. Vale notar que, neste caso, as fronteiras entre esses campos são tênues, pois os protagonistas do debate midiático também integram o universo acadêmico, embora muitos estudem objetos outros que não o fascismo.

Palavras-chave: pós-verdade, neofascismo Jair Bolsonaro, populismo.

Abstract: We present the main points of the debate about the feasibility or non-feasibility of using the concept of (neo)fascism to interpret the current Brazilian and global situation. To this end, we raise and chronologically mention the arguments of different media articles that circulated, between 2016 and 2018, in different channels, but were mostly reproduced by the online portal of the Instituto Humanitas of Unisinos. We consider the positions taken based on the general lines of the academic debate about fascism, noting that the intellectuals involved reproduced, also in the media field, the conceptual ambiguity present in the specialized bibliographic references. It is worth noting that, in this case, the borders between these fields are blurred, since the protagonists of the media debate are also part of the academic universe, although many study subjects other than fascism.

Keywords: post-truth, neofascism, Jair Bolsonaro, populism.

¹ Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional, Departamento de História. Rua 03, Quadra 17, Lote 11, S/N - Jardim do Ipês I, 77500-000 Porto Nacional – Tocantins, Brasil.

Em 2018, a palavra “fascismo”, seguida de “intervenção militar”, liderou as buscas *online* feitas no Brasil, na categoria “o que é?”, conforme levantamento anual publicado pelo Google, tendo sido a disputa presidencial o fator motivador das pesquisas (Novaes, 2018). Paralelamente, desde 2016, já vinha ocorrendo um embate intelectual e político em torno da aplicabilidade ou não do conceito para explicar nossos dias, que ganhou ainda mais fôlego durante e após as eleições, envolvendo os principais nomes da intelectualidade nacional e mundial (especialmente italiana), com produções próprias das mídias brasileiras ou traduções. As diferentes opiniões esposadas espelham as próprias posições do entendimento acadêmico sobre o fascismo, como um fenômeno histórico peculiar, restrito à Europa do entreguerras (posição comum na historiografia) ou como reflexo de contradições da modernidade, portanto fenômeno sempre atual, pois passível de reconjugação e repetição de seus traços principais (abordagem da psicologia social, ciências políticas e sociologia). Ao longo do debate contemporâneo, os interlocutores mobilizaram uma pluralidade de derivações conceituais, com sufixos e prefixos variados, como neofascismo, “pré-fascismo”, “protofascismo”, “pró-fascismo”, “pós-fascismo”, “extrema-direita fascista”, “cristofascismo”, “tonalidade fascista”, “desejos”, “posturas” e “tentação” fascistas, “fascismo social”, “fascismo político”, “cultura política fascista”, “fascismos transnacionais”, “espécie de fascismo democrático”, “novo fascismo”, “fascismo artificial”, “renovado” ou “implícito” e “mutação neoliberal pós-fascista”. Outros, para definir a extrema-direita hodierna, recorreram ao (neo)populismo, “populismo de ultradireita” ou “iliberalismo”, utilizando tal referencial como sinônimo, característica do fascismo ou alternativa conceitual a ele.

Para começar a soltar os fios embolados desse novo, acompanhando o desenrolar dos debates para entender a atual conjuntura, vale aludir ao filme clássico de Ingmar Bergman, “O ovo da serpente” (1977), que narra o cenário distópico do pós-Primeira Guerra na Alemanha, que foi, justamente, o recorte espaçotemporal da ascensão do nazismo. O diretor consegue representar com maestria o clima de ódio, ressentimento, de privações materiais e desesperança generalizada. Chama atenção, em especial, um trecho do diálogo final entre o protagonista, um circense desempregado, e um cientista, entusiasta do nazismo, que passa a mostrar imagens e vídeos de suas experiências com seres humanos a Abel Rosenberg, enquanto lhe fala:

Observe toda essa gente, são incapazes de uma revolução. Estão muito humilhados, muito temerosos, muito oprimidos. Mas, em dez anos ... para então, os que têm 10 terão 20, os de 15 anos terão 25. Ao ódio herdado por seus pais, eles acrescentarão seu próprio

idealismo e impaciência. Alguém se adiantará e porá seus sentimentos em palavras. Alguém prometerá um futuro. Alguém fará suas exigências. Alguém falará de grandeza e sacrifício. Os jovens e inexperientes brincarão seu valor e sua fé aos cansados e indecisos. E então haverá uma revolução, e nosso mundo se afundará em sangue e fogo [...] A antiga sociedade se apoiava em ideias muito românticas sobre a bondade do homem. Muito complicada, já que as ideias não concordam com a realidade. A nova sociedade apoiar-se-á num juízo real dos potenciais e limitações do homem. O homem é uma deformidade, uma perversão da natureza. Então, nossos experimentos tomarão lugar. Lutamos com a forma básica e logo a moldamos. Liberamos as forças produtivas e controlamos as destrutivas. Exterminamos o inferior e aumentamos o que é útil [...] Algum dia poderá dizer isso a quem quer que seja que deseje ouvi-lo. Ninguém vai acreditar em você, apesar de que qualquer um que faça um mínimo de esforço pode ver o que o proporciona o futuro. É como um ovo de serpente. Através da magra membrana, pode-se distinguir um réptil já formado.

Tomo licença para expor breves registros de minha memória, servindo de testemunho. Em aulas sobre direitos humanos, passei a usar o conceito para explicar a irracionalidade e mobilização do ódio nos embates políticos, durante e após o processo de *impeachment*. De 2017 em diante, passei a utilizar “(neo)fascismo” com cada vez mais frequência e certeza, sobretudo para explicar uma experiência chocante: a audiência pública, realizada na Câmara Municipal da cidade de Ponta Grossa (PR), cujo título era “Ideologia de gênero”, organizada por quatro vereadores. A mesa foi composta por um *digital influencer* e uma psicóloga inconformada com sua associação de classe, por esta repudiar suas manifestações delirantes, sendo as falas complementares. A tese, um enredo adaptado dos Protocolos dos Sábios de Sião: “gênero” seria um ardil, parte da conspiração comunista global para destruir a família, o Ocidente e a religião, da qual participaria, inclusive, a ONU. Essa experiência foi, na mesma hora, interpretada como uma vivência em um ambiente tipicamente fascista, de incitação ao ódio e mobilização contra inimigos fantasmagóricos. Os indícios, de lá para cá, só reforçam essa definição. Naquela altura, o ofídio já havia rompido a “magra membrana” e se alimentava e crescia, destilando seu veneno. Agora, com olhar mais preparado, percebo, retrospectivamente, que o terreno para sua ascensão já estava sendo preparado há bastante tempo.

Indo além das reminiscências mnemônicas, pensando no cenário nacional, localizamos, por meio de pesquisa na internet, que uma das tentativas pioneiras e

clarividentes de fomentar o debate sobre a natureza (neo) fascista da extrema-direita contemporânea foi realizada pela Revista do Instituto Humanitas da Unisinos (IHU), com publicações que remontam a, pelo menos, 2008, 2013 e 2014, seja produzindo ou reproduzindo artigos nacionais e internacionais. O tema ganhou mais espaço em suas publicações do golpe palaciano contra Dilma em diante, tornando-se recorrente e, inclusive, sendo o cerne do dossiê de agosto de 2016 intitulado “A volta do fascismo e a intolerância como fundamento político” (edição de número 490 da IHU). O portal *on-line* e a revista dessa instituição reuniram as principais linhas desse debate conceitual. Tamanha a relevância que o tema foi ganhando que, durante o segundo turno do pleito, batidas policiais e medidas judiciais visaram a universidades, apreendendo faixas e materiais e interditando eventos que faziam menção ao “fascismo”. Mas, será que, por seu uso estar tão banalizado, já lhe deixamos de dar a devida importância? Não mais sentimos a urgência necessária na compreensão e combate a esse mal?

O objetivo do presente texto é apresentar, de forma crítica, uma amostragem suficiente do debate sobre a pertinência ou não do conceito para pensar a atual conjuntura brasileira e mundial, expondo os principais argumentos e os contrapondo ao receituário conceitual das ciências humanas. Dadas as dimensões vultosas tomadas por essa contenda intelectual e política, que envolveu dezenas de autores entre 2016 e 2020, tivemos que operar um recorte temporal um tanto arbitrário. Fizemos uma genealogia sintética do uso conceitual contemporâneo, mas restringimos nossa análise às publicações entre 2016 e as eleições de 2018, a partir da qual cada vez mais intelectuais foram se posicionando sobre a pertinência ou não do (neo)fascismo para definir as falas, práticas e o movimento em torno de uma liderança em particular, Jair Bolsonaro, “o mito”. Essa baliza final acabou por excluir posicionamentos de acadêmicos de peso (como Marilena Chauí, Valério Arcary, Vladimir Safatle, Armando Boito Jr., dentre tantos outros), que se envolveram quando o leite já estava derramado. De todo modo, o recorte entre 2016 e 2018 já traz os diferentes posicionamentos possíveis, aos quais esses e outros intelectuais se alinharam. Portanto, devido aos limites espaciais de um artigo, não pudemos contemplar todos os interlocutores e todos os canais, mas, ao menos, delineamos as posições teóricas e as relacionamos com aspectos gerais da bibliografia especializada. Com isso, esperamos ter ofertado mais elementos para pensar a adequação de se mobilizar o conceito e suas variantes para a compreensão da atual conjuntura.

Esse debate está longe de ser mera frivolidade ou “preciosismo conceitual meramente acadêmico”. Subscrevemos os comentários de Armando Boito Jr.

(2019), para quem o esforço intelectual para caracterizar os fenômenos políticos é fundamental para organizar a luta prática. Precisamos saber o que estamos combatendo para definir as melhores estratégias, pois as formas de luta variam conforme cada caso. Concordamos também com Valério Arcary (2019), quando diz que “esse debate não é diletantismo. Exige rigor [...] Quem não sabe contra quem luta não pode vencer”. Definir é compreender, e compreender permite vislumbrar as alternativas mais acertadas. Afinal, se é tão somente uma ópera bufa, ou inofensivas trapalhadas de um “barbeiro de subúrbio”, por que as pessoas irão se mobilizar contra, em vez de ironizar? Face ao avanço atual da extrema-direita, é inquestionável o mal-estar no âmbito das forças minimamente progressistas, o que alimenta essa polêmica conceitual em um tempo no qual, novamente, precisamos defender o óbvio, mas também evitar abusos conceituais para fins políticos e agitativos. Dada a relevância do assunto e a necessidade de uma leitura conceitualmente melhor fundamentada para embasar as argumentações, cabe iluminar esse debate plural, acalorado, acelerado e oportuno, feito em espaços midiáticos (que exigem enorme poder de síntese), a partir do instrumental teórico do campo muito mais rigoroso da academia, com seu regime peculiar de cientificidade. Afinal, só a leitura de artigos de opinião pode reforçar a disparidade na interpretação de fenômenos, esvaziando o potencial explicativo de conceitos, como o (neo)fascismo, que pelo seu sentido conotativo alarmante tem sido muito abusado, desde o final da Segunda Guerra, a exemplo da definição equivocada das ditaduras na América Latina desse modo. Estamos vivenciando algo similar nas interpretações atuais das manifestações da extrema-direita?

O debate midiático sobre o neofascismo no Brasil: breve genealogia até as fatídicas eleições de 2018

Em 2008, em entrevista concedida ao portal IHU *on-line*, analisando episódios coevos de corrupção no Brasil (como a prisão de Daniel Dantas), Luiz Werneck Vianna já apontou o recuo da política, ficando reduzida ao noticiário policial narrando as “intervenções espetaculosas da Polícia Federal, a mobilização da Mídia, do Ministério Público, do Judiciário e da opinião pública para esses fatos”. Enquanto as agendas políticas centrais estagnam e não são discutidas (crescimento econômico, reforma agrária, políticas sociais, democratização, efeitos do capitalismo), “há elementos muito perigosos aí, de índole messiânica, salvacionista, apolítica, que podem indicar a emergência de uma cultura política fascista entre nós”.

A associação entre Polícia Federal e Ministério Público constitui um “Batman institucional’ atuando sobre a nossa realidade [...] Com isso, se mobiliza a classe média para um moralismo que não para de se manifestar. A política cai fora do espaço de discussão”. Olhando retrospectivamente, Vianna (2008) foi visionário, identificando o ovo ainda sendo gestado no interior da serpente:

A cultura do fascismo pode se manifestar com traços mais bem definidos, a partir da ideia de que nosso inimigo é a corrupção, especialmente aquela praticada pelas elites [...] Esse é um affaire midiático, com cortinas de fumaça. Os piores instintos da sociedade estão sendo suscitados com tudo isso. Vejo as primeiras fumacinhas de uma síndrome fascista entre nós. E isso deve ser denunciado, combatido, e com política, com mais política [...] Está faltando sociedade organizada, reflexiva, e a política está reduzida ao noticiário policial [...] o que tento combater é uma visão salvadora, justiceira, messiânica do papel policial para a erradicação dos nossos males, como se não devêssemos ter habeas corpus, como se as pessoas pudessem ser presas, retiradas das suas casas nas primeiras horas da manhã, algemadas, e tudo isso passando por câmeras de televisão [...] Não creio que isso seja um indicador de democracia [...] É possível se avançar na ordem racional legal, investigando a corrupção, prendendo seus responsáveis, mas sem que isso assuma o caráter de escândalo, de espetáculo, no qual parece que temos um agente de salvação em defesa da sociedade. Isso sim é perigoso.

Ainda era 2008, e Vianna já denunciava as “primeiras fumacinhas de uma síndrome fascista”. Em 2013, após as massivas jornadas de junho, Roberto Romano criticou a banalização do adjetivo “fascista” na cultura política, utilizado por sujeitos situados em diferentes locais do espectro político-ideológico para definir seus inimigos. Buscando uma definição mais precisa, valeu-se de um manifesto de intelectuais franceses, publicado em 1935, que o caracteriza pela supressão das liberdades básicas e por ser uma forma de ditadura que recorre a uma “técnica aperfeiçoada de opressão, completa, metódica, implacável”, sendo os primeiros e principais meios de controle “os golpes, os assassinatos, o terror”, enquanto se desenvolvem os meios legais de repressão. O artigo de Romano se encerra falando das eleições de então, cujas propagandas deveriam se abster da demonização da alteridade e calúnia, pois “o uso da propaganda para exterminar inimigos é a via reta para os fascismos” (que não deve nem ser banalizado nem admitido na disputa democrática), com as pessoas domina-

das por esses movimentos e partidos só ouvindo as injúrias de seus mestres, o que dilui a sociedade (Romano, 2013). Então, o “ovo” estava sendo chocado, sendo os contornos da criatura horrenda que abrigava percebidos à contraluz. Já o artigo publicado pela *IHU on-line*, em 2014, sobre os “fascismos transnacionais” (versão islâmica e cristã) e as guerras imperialistas é de pouca valia, sem ter relação direta com o caso brasileiro ou propor um aprofundamento conceitual, exemplificando a banalização conceitual denunciada (Piqueras, 2014).

Como já dito, foi só a partir de 2016 (ano de mais uma traumática ruptura institucional-democrática em nosso país) que o tema passou a figurar com peso nas mídias, como em várias “Notícias do dia” publicadas pelo IHU, algumas das quais compiladas na edição de número 490 da revista, de agosto daquele ano. O texto do editorial enaltece as potencialidades das tecnologias de comunicação contemporâneas, mas destaca também o que ocorreu à sua sombra, no caso, “a redução da capacidade de debate, reflexão conjuntural e coexistência de diferentes pontos de vista. Sobretudo no campo político, recrudescem posicionamentos autoritários, por vezes até violentos, fundados em posturas fascistas”. Há uma evidente continuidade com o que já fora dito por Vianna e Romano. Sete artigos compõem o tema de capa, e alguns dos títulos sinalizam bem a urgência do debate: “O fascismo vive em nós através do dispositivo do neoliberalismo”; “Continuidade, transformação ou apenas rotulagem incorreta?”; “O fascista não argumenta; rosna. A exclusão de temáticas humanísticas dos currículos escolares”; “Um fascismo liberal exótico e a nostalgia do Brasil Colônia”; e “Na dissimulação democrático-liberal, o fascismo apresenta suas armas”. Tais textos já trazem as diferentes posições defendidas ao longo de todo o debate, então iniciado para valer e envolvendo cada vez mais intelectuais e maior audiência, até o ponto em que o recurso conceitual ao “fascismo” se popularizou ou, para Chauí (2019), banalizou-se no âmbito das esquerdas, sobretudo durante e após a eleição de Jair Bolsonaro.

Ao longo de 2017, subsequentemente, o IHU produziu ou reproduziu matérias sobre o (neo)fascismo na atual conjuntura brasileira e mundial. Em artigo de fevereiro de 2017, intitulado “Com 80% de cristãos, Brasil vira país da intolerância e ruma ao fascismo”, Eduardo Maretti (2017) menciona as manifestações de ódio no episódio da morte de Marisa Letícia, ex-esposa de Lula, entendendo a perda da sensibilidade e capacidade de compaixão como expressões do fascismo político. Em agosto de 2017, complexificando o debate, a Revista IHU publicou nova edição (nº 508), intitulada “O populismo segundo Ernesto Laclau”, com artigos agora se valendo desse conceito para pensar também a extrema-direita, como ocorreu mais tarde na publicação da obra *A grande regressão*, organizada por Heinrich

Geiselberger (2019), que compilou capítulos de autores de diferentes países, com a maioria recorrendo mais ao populismo do que ao (neo)fascismo para entender o avanço global da extrema-direita. Entre setembro e novembro de 2017, o IHU publicou, ao menos, mais três artigos: uma adaptação da conferência feita nos EUA por Alan Badiou (2017), um dia após as eleições nos EUA, uma entrevista com o filósofo Rob Riemen (Pacheco e Ramírez, 2017) e um artigo de Furio Colombo (2017).

Falando em setembro, Badiou ressaltou a hegemonia do liberalismo dos anos 1980 em diante, em nível objetivo e subjetivo, e o descrédito das alternativas coletivistas, prevalecendo a ideia da propriedade privada e do mercado livre que, apesar de gerarem desigualdades e miséria, seriam o “único destino possível dos homens”, trazendo uma concepção de sujeito humano como um “negociante, um consumidor, um proprietário, ou não é nada”. O capitalismo globalizado, que concentra nas mãos das 264 pessoas mais ricas o mesmo que nas de 3 bilhões dentre as mais pobres, seria um “monstro histórico”, que aprisiona os governos dentro dessa “determinação global” de perpetuar e ceder às imposições do sistema. Há uma homogeneização da “classe política”, com o fim das divisões ideológicas significativas e as distinções ou colorações partidárias tornando-se meras aparências, pois “tudo isso se baseia no mesmo horizonte político e econômico [...] exercício de ínfimas diferenças dentro da mesma hipótese global”. Essa “oligarquia política”, entre crises e falsas soluções, ao perder o controle da “maquinaria capitalista”, criaria frustrações, desorientação, ausência de futuro, raiva e revolta contra esse caminho único, levando muitas e muitos a buscar “falsas novidades, visões irracionais e retorno a tradições mortas”. O neofascismo explora a “brutalidade e violência” distópica do capitalismo atual (espoliando tanto povos estrangeiros quanto explorando as classes trabalhadoras internas), a “decomposição” das oligarquias ou dos “partidos clássicos” e a ausência de qualquer estratégia alternativa. Configura “uma nova espécie de atores, novos adeptos da violência e da demagogia vulgar, pessoas essas que estão muito mais próximas dos gângsters e da máfia do que de políticos educados”. A adesão a eles seria uma “nova forma de vulgaridade política”, aproximando-se as figuras como Trump “do fascista dos anos trinta”, pelo racismo, machismo, violência, desconsideração pela lógica e racionalidade, com uma retórica que desloca a linguagem, “a possibilidade de dizer tudo e o seu contrário”, não dando explicações, mas criando “efeitos e afetos”, e com uma linguagem afetiva que cria uma falsa unidade prática. “Algo similar” aos líderes fascistas clássicos, mas sem o “grande inimigo que era o Partido Comunista”. Uma paradoxal “espécie de fascismo democrático” em escala global, que funciona ao mesmo tempo dentro e fora do plano, dis-

positivo ou constituição democrática, de modo “muito diferente”. “É a isso podemos chamar fascismo – porque era o que se passava nos anos trinta [...] eu chamo fascista a esse tipo de pessoa que está dentro do jogo democrático, mas de certa maneira também está fora [...] dentro para, finalmente, poder estar fora”. Estar no poder gera um desconforto, pois implica (ou ao menos deveria implicar) limitações retóricas, e falar livremente é a potência dos novos fascistas. Em certo sentido, o efeito que essas figuras geram é “novo” no “contexto da oligarquia clássica atual” e da crise política e das subjetividades; afinal, tais práticas e retórica estavam abandonadas ou eram operadas apenas por estratos obscuros e insignificantes. Por isso que Trump e afins se afirmam como novidades, apesar de serem “coisas velhas”. Eis o “novo fascismo”: “um retorno à velha existência aparece subitamente como novo”.

Pouco depois, no começo de outubro, a IHU publicou o texto “A nova república acabou, a esquerda não ressurgiu e o fascismo insiste em ressuscitar”, de Bruno Lima Rocha (2017). A estabilidade institucional dos governos petistas ruiu, desde o “terceiro turno” de 2014, somando-se à “desorganização social do país”, com suas mais de 50 mil mortes violentas por ano. Aglutinaram-se elites dirigentes, frações de classes dominantes, alas empresariais neoliberais, neopentecostais e fundamentalistas, juventude ultraliberal e pessoas identificadas com o autoritarismo e saudosismo da ditadura (um novo bloco de poder). O mérito de Rocha, além de diagnosticar o cenário de fragmentações múltiplas, radicalização e crise (nascido dos fascismos), foi “dar nome aos bois”. Menciona que, no dia 28 de setembro de 2017, na Esplanada dos Ministérios, manifestantes ergueram um *banner* gigantesco do atual vice-presidente, o general Hamilton Mourão, símbolo e líder político para essa gente que sonha com fardas e coturnos, sendo um “desafio público, aberto, à ordem democrática [...] a continuidade da banalização dos discursos da extrema-direita com viés de apoio à intervenção militar ou, por tabela, à eleição do deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) para presidente em 2018”. Se hoje soa como normal a forma como arrematou o texto, à época, pode ter parecido exagerada: “A luta antifascista ganha um novo contorno a partir do segundo semestre de 2017”. Então, poucos sabiam quem era “o mito” e o general, e menos ainda levavam a sério o perigo que representavam. Afinal, até às vésperas da eleição de 2018 ou, ao menos até a fachada, quem esperava que eles fossem eleitos? A serpente, há muito crescida, andava disseminando veneno.

Ainda em outubro de 2017, o IHU on-line voltou a publicar sobre o fascismo, dessa feita uma entrevista com Rob Riemen. Este destaca a negação em admitirmos o retorno do fascismo (este “perigo real”) e a utilização incorreta do conceito de populismo, que “é como os mosquitos, um

pouco irritantes”. O primeiro cultiva nossos “piores sentimentos irracionais: o ódio, a xenofobia, o desejo de poder e o medo”, gerando um sonambulismo, sendo o antídoto contra seu renascimento o “humanismo cívico”, a nobreza de espírito, o “sentido de responsabilidade geral” ou “do comum” ou “saber do que se trata a dignidade humana”. “Devemos chamar o fascismo por seu nome”, pois assim temos o sentido de urgência e podemos combatê-lo melhor, reconhecendo que “nossa sociedade tem fantasmas que se negam a morrer” (Pacheco e Ramírez, 2017).

No final de novembro, o IHU publicou artigo de Furio Colombo (2017), para quem “fascismo é dividir o mundo em dois, marcado pelas nossas fronteiras, que devem estar sempre fechadas”, o que evoca a morte como seu símbolo, podendo ser sacrificial, como no “amor pela Pátria”. Dentro das fronteiras há os patriotas e traidores, os primeiros guardando-as (celebrando o passado, real e inventado, pago com vidas humanas, censurando, não gerando cultura, mas esta se tornando fascista) e os segundos se sentindo sufocados pela claustrofobia criada, cujo “ponto gerador” é o inimigo, que pode invadir ou que já está dentro e pode conspirar a pureza do grupo. “Tudo isso, infelizmente, nos leva aos dias atuais e os explica. Explica também o que está acontecendo na Itália e na Europa”. O autor usa, na sequência, o termo “populismo” para descrever o processo de fascitização, sendo as “viradas brutais” do regime cultural ocasionadas após um trabalho persistente, paciente, de disseminação de informações falsas, gerando medo (como da imigração), transformando-o em pânico e, depois, “fechamento, defesa das fronteiras e verdadeiro racismo”. “Aqui está, foi formado um fascismo artificial. As peças da desumanidade são as mesmas, embora cada uma garanta que a democracia continua”.

No começo de 2018, em janeiro, o IHU on-line publicou outro artigo de Colombo (2018), no caso um breve texto sobre Umberto Eco e o fascismo, destacando uma passagem na qual o famoso intelectual descreve que tal fenômeno “cresce e busca consenso explorando e exacerbando o medo natural da diferença. O primeiro apelo de um movimento fascista ou prematuramente fascista é contra os intrusos. Todo fascismo, portanto, é racista por definição”. Em março, o portal reproduziu outro artigo, agora de Massimo Recalcati (2018), para quem o fenômeno se caracteriza como “renúncia ao pensamento crítico, massificação, arregimentação, supressão sacrificial do singular, suscita esse vertiginoso e poderoso dilema: o ser humano carrega consigo a aspiração à liberdade ou a tendência a sua negação”. Corroborar a afirmação de Freud de que, de “uma transformação ordálica do vínculo social” derivam “a guerra, o conflito violento entre massas contrapostas, a subversão de qualquer dispositivo democrático, a contenda fundamentalista das ideologias”.

A “afirmação vitalista das massas ‘sem pensamento’ está ‘sempre destinada a reverter-se na paixão pela destruição do inimigo’, sendo o ‘ódio paranoico e de massa’ liberado pelo ‘amor arrebatado pelo líder’”.

Em junho, o IHU reproduziu matéria de Eduardo Febbro (2018), advertindo que “um fascismo renovado percorre a Europa”, onde “foi se forjando o cinturão sombrio da extrema-direita racista e autoritária”, que já envolve vários países, onde as lideranças prometem se defender do que chamam de “a invasão”. A “fortaleza populista e xenófoba” foi sendo erigida na Europa, “com um êxito imparável”, desde meados dos anos 1980, quando o partido Frente Nacional francês começou a acumular êxitos eleitorais. “O populismo de ultradireita, que renasceu na França, foi se propagando para o restante da Europa, principalmente para a Europa do Leste, onde começou a prosperar após a queda do Muro de Berlim (1989)”, avançando pelo norte e sul do continente. Se, então, os militantes exibiam, explicitamente, adesão ao nazismo, agora “andam com gravata, desfizeram as cenografias provocativas e centraram sua ascensão ao poder em torno da rejeição à Europa e de um racismo fervoroso”. A fase atual da extrema-direita teve início em 2005, em contexto de crises, desemprego, diluição do ideal europeu, islamismo radical e crises imigratórias. O “iliberalismo”, propulsionado pelo “ultranacionalista primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán”, já fora mencionado nos anos 1990, sendo uma “versão decorosa do chamado autoritarismo pós-democrático [...] nem democracia autêntica, nem ditadura real, mistura de ultranacionalismo com estrangulamento dos direitos democráticos”. Apropriaram-se de perfis retóricos antes exclusivos da esquerda, como o posicionamento antissistêmico. Hoje, o que se denomina de “internacional populista” é “uma realidade cada vez mais tangível”. Se na América Latina populismo é usado para definir “o que vai da socialdemocracia à esquerda”, na Europa abrange as extremas-direitas.

As eleições de 2018 e o (neo)fascismo

Considerando só esses autores que se envolveram, até junho de 2018, no debate sobre a atualidade do (neo)fascismo, os principais elementos que configuram o conceito clássico (inclusive na bibliografia acadêmica) já foram delineados, e a pertinência de seu uso para a compreensão da conjuntura atual bem defendida. Poderíamos parar por aqui, mas até as eleições de 2018, e mais ainda depois dela, o debate ganhou muitas outras contribuições. Durante o pleito, tornou-se assunto quase diário nas publicações do IHU-online. Pesquisando por

“fascismo” em seu banco de dados, entre os dias 10 e 20 de outubro de 2018, a palavra figurou em nada menos do que 10 artigos que circularam (mais reproduzidos do que produzidos pelo portal) seja só em *links* direcionando para textos específicos, no corpo dos textos ou no título de alguns, como “Tecendo a esperança em tempos sombrios. O fascismo não nos representa! Nota do CEAS de Salvador, BA” (CEAS, 2018). Até o final do mês, foram muitas outras publicações, destacando-se: “Manifesto internacional contra o fascismo no Brasil”, “Fascismo, a política oficial do Antropoceno” e “A pós-verdade é o pré-fascismo”. Então, o animal já estava forte o suficiente para não poder ser detido em seu propósito de tomar o poder, embora a luta continue até hoje, com instituições e sujeitos resistindo às tentativas de suprimir “de dentro” o que restou da democracia, para finalmente se ver “fora”.

Das publicações feitas no calor do segundo turno, destacamos Jessé Souza (2018), para quem o “fascismo arregimenta a partir de cima os medos e ansiedades sem explicação e os canaliza a ‘bodes expiatórios’. O antipetismo é apenas o mais óbvio”. Teorizando o conceito, aponta que “todo fascismo é reflexo de uma luta de classes truncada, percebida de modo distorcido e por conta disso violento e irracional no seu cerne”. O “moralismo seletivo da corrupção apenas do Estado e da política como forma de criminalizar a soberania popular” legitimou a opressão das classes populares pela elite e alta classe média. “O fascismo implícito sempre foi o DNA da opressão de classes entre nós”, mas dessa vez contaminou as próprias classes populares, a partir da distinção moral artificial (“vingança de classe’, obviamente distorcida e contra a fração errada”) entre, por exemplo, mulheres pobres “decentes” e “indecentes” (protagonistas do Ele Não) ou “pobre honesto *versus* pobre delinquente”. A representação positiva de si viria de cima para baixo, por líderes que secundarizam assim as contradições de classe ao dividir o mundo e a sociedade de forma maniqueísta, obliterando a solidariedade classista e arregimentando por meio dos ressentimentos, medos e ansiedades, canalizados contra bodes expiatórios (“ética da virilidade”). A reação conservadora veio primeiro com o “golpe de 2013/2016”, sendo os valores democráticos corroídos sistemática e diariamente pela imprensa. “O líder fascista sem discurso e sem argumentos é o profeta exemplar perfeito das massas destituídas em todas as dimensões da vida”. Em entrevista concedida ao *Correio da Cidadania*, quase simultânea à publicação do artigo de Jessé Souza, Virgínia Fontes analisou o então “candidato neofascista Jair Bolsonaro”, destacando a atuação de grupos e personalidades internacionais, como Steve Bannon, guru do neofascismo, e os interesses das diferentes frações burguesas. Fazendo uma genealogia da catástrofe, aponta a emergência de “grupos profascistas”,

com apoio empresarial e político, nas jornadas de junho de 2013, que “buscaram construir um inimigo público (a feição é tipicamente fascista), no caso, as ‘esquerdas’, inicialmente identificadas pelo petismo”. A Lava-Jato fora “fundamental para os grupos fascistas, ao atuar de maneira seletiva sobre a corrupção”, e a estes se associaram distintas frações da burguesia para desferir o “golpe de 2016”, acreditando que domesticariam os primeiros por meio de suas organizações clássicas e controle midiático. “Bolsonaro e os grupos pró-fascistas deveriam permanecer como chantagem permanente, como retaguarda. Não foi o que ocorreu”, despertando a preocupação da própria imprensa burguesa internacional com a “rápida escalada da extrema-direita fascista no Brasil” (Brito, 2018). A criatura teria superado seu criador.

Poucos dias depois, o IHU on-line reproduziu um artigo de Magali do Nascimento Cunha (2018), publicado originalmente pela *Carta Capital*. A autora faz uma síntese do conceito, compilando os elementos mais presentes na bibliografia especializada, e aborda uma dimensão essencial para compreender a versão brasileira contemporânea: o “cristofascismo”. O conceito clássico abrange experiências nas quais a ação política se vale de intensa propaganda e controle das mídias para disseminar suas ideias, fundamentadas na “devoção a um líder cultuado”; em “ideais nacionalistas e militaristas” de “idolatria da pátria e expansão do seu poder”; na hostilidade ao marxismo e a suas vertentes políticas; e “na unificação do povo por meio do ideal de supremacia da raça branca e do masculino”, sendo totalitário, no sentido de impor o domínio do líder ou de seu partido, uma “autoridade sem limites que atua no controle da vida pública e privada, buscando regular todas as suas dimensões”. O sucesso dos fascismos se relaciona à “imposição do medo e da violência física como antídoto. Daí a incitação às agressões contra os declarados inimigos do Estado e de sua supremacia como corruptos, comunistas, minorias étnicas e sexuais”. Já no governo, os fascismos fomentam a violência estatal e paraestatal. Por sua vez, o “cristofascismo” é a postura que combina cristianismo e fascismo e “conquista fiéis pela propagação do medo”, espalhando terror sobre supostas conspirações, o “que justifica reações violentas ‘em legítima defesa’”. O termo foi cunhado pela teóloga alemã Dorothee Sölle, em 1970, para se referir às relações do Partido Nazista com as igrejas, que contribuíram para seu triunfo e consolidação. Para Sölle, “no tempo presente há posturas semelhantes da parte de igrejas e suas lideranças. O mesmo apoio a supremacias, totalitarismos, a políticas de intolerância e de ódio contra minorias por igrejas no passado estaria vivo entre cristãos no presente”, que expressam sua fé em um “Jesus individualizado e sentimentalizado, que despreza o profetismo que o caracteriza nos Evangelhos, além de

silenciar e até zombar da atuação dele entre os pobres e marginalizados”. A relação com o caso contemporâneo fica evidente no bordão da campanha bolsonarista: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, sendo a antítese o Jesus, protagonista do samba-enredo da escola Mangueira, em 2020.

Ainda em outubro de 2018, o IHU on-line (2018a; 2018b) reproduziu mais duas reportagens: uma publicada no *El País*, compilando as percepções de diferentes personalidades do mundo artístico brasileiro e global acerca de Bolsonaro – definido como fascista por muitos, e outra, do *Deutsche Welle*, acerca de medidas judiciais e batidas policiais em universidades, às vésperas do segundo turno, no sentido de impedir eventos e apreender materiais, mesmo que sem menção a Bolsonaro, o que incluiu ao menos um evento e uma faixa contra o “fascismo”. O portal publicou também uma entrevista com Luis Felipe Miguel. Considerando a combinação entre democracia formal e desigualdade social no período pós-ditadura, destaca que a primeira foi colocada em xeque pelas elites quando foi percebida como ameaça à reprodução da segunda, como no “golpe de 2016 e, agora, com a adesão a um projeto regressista, de inegável tonalidade fascista”.

É claro que, se a gente quiser que o rótulo “fascista” só possa ser usado para descrever fenômenos que correspondam 100% ao fascismo italiano da primeira metade do século 20, ele vai se tornar uma categoria restrita àquele momento histórico. Mas é preferível outra estratégia, que vai analisar as proximidades significativas. Jair não é Benito, mas há muito em comum entre eles. Há a intolerância às divergências, presente em slogans como “meu partido é o Brasil”, que marca como ilegítimas outras opções políticas. Há a defesa de todas as hierarquias sociais como intocáveis, vista no reforço da misoginia, do racismo, da homofobia, dos preconceitos de classe. Há o ódio aos movimentos emancipatórios, traduzida na promessa de exterminar os ativismos. Há a exaltação da violência como meio privilegiado de solução de disputas. Há a identificação de grupos sociais como bodes expiatórios, hoje sobretudo os gays, lésbicas e travestis, apresentados tanto como sintomas quanto como causas de uma decadência moral a ser exterminada pela força. Há o patriotismo de fachada, há a mitificação do líder... Há muito em comum. O problema é que a imprensa brasileira, notoriamente enviesada em suas preferências políticas, gosta de simular “imparcialidade” evitando chamar as coisas por seu próprio nome [...] o que houve foi a normalização de um discurso claramente fascista, que deveria, ao contrário, ter sido desde o início marcado como inaceitável (IHU on-line, 2018c).

Um dia depois dessa entrevista, o IHU publicou outra, com Rodrigo Guimarães Nunes, acerca das eleições e do que Bolsonaro representa. Nunes remonta a origem do bolsonarismo ao primeiro governo Lula, quando o crescimento econômico gerou um ganha-ganha generalizado para as classes sociais, e a oposição, sem poder afirmar que as coisas iam mal, passou a “requentar as paranoias anticomunistas da Guerra Fria ou explorar pânicos morais envolvendo pautas como aborto e diversidade sexual”. Também teriam responsabilidade nessa ascensão da extrema-direita setores do Judiciário e da mídia, como o Instituto Millennium (levantando, semanalmente, acusações sem provas e disseminando “pregação ultraliberal e macarthismo delirante”), junto com a “direita mais moderada” (referendando conspirações, incentivando pânicos morais e fortalecendo um discurso religioso conservador). Some-se a isso um “ativismo jurídico” que, buscando dar respostas rápidas à opinião pública, “exacerbou a insegurança jurídica e interferiu diretamente no processo político”. Essa conjugação foi abrindo espaço para um “conservadorismo moral militante, a discursos de extrema-direita e à lógica das teorias da conspiração”. Por sua vez, o PT optou pela tentativa de conciliação, que desmoronou com o *impeachment*, e a “elite política” clássica achou que, pós-*impeachment*, o poder voltaria a ela, sendo sua lógica “incitar forças perigosas a fim de explorá-las em benefício próprio”, o que não se provou, pois foram engolidas pela ala extrema e agora negam responsabilidade. O processo de *impeachment* foi “profundamente deseducativo do ponto de vista da prática democrática”, pois submeteu a institucionalidade ao desejo de soluções imediatas, seja por que vias for, garantindo o “terceiro turno” e a legitimidade da imposição unilateral de uma vontade, sem negociação com a diferença, demonizada e que deve ser eliminada. Acentuou um quadro de anomia (ausência de lei, regimentos e crença neles) e voluntarismo (demanda pela força, por soluções acima da lei, que tragam resultados sem mediações), fragilizando a institucionalidade (Necchi, 2018).

Esta combinação, historicamente, é aquela da qual nasce e se sustenta o fascismo, que por sua vez as fomenta para ganhar corpo por meio de uma liderança autoritária (Bolsonaro), sendo um passo para que a força passe a ser exercida também nas ruas. Expressões disso seriam falas como “ou você deixa de ser diferente, ou você deixa de ser”, “acabar com o ativismo”, “eliminar os vermelhos”, “essa farra vai acabar” e “se ele não der certo, a gente tira e bota outro no lugar”. “O fascismo é, fundamentalmente, antidemocrático: ele não suporta a ideia de ter de negociar, construir, mudar; ele quer eliminar o incômodo, isto é, o outro”. Houve uma banalização dos discursos persecutórios, minimizados como “polêmicos” quando são criminosos. O cinismo, o “desmentir-se constantemente”, permite

enviar mensagens a diferentes grupos: quem quer fascismo ouve fascismo, mas seu radicalismo é depois atenuado para não desagradar setores mais moderados (Necchi, 2018).

Perguntando se é possível falar em fascismo, Nunes diferencia a abordagem da história e ciência política (que cria um tipo ideal e aproxima os fenômenos investigados dele, mas não há consenso sobre os elementos que caracterizariam o fascismo) e outra que vê neste uma questão de psicologia social, “da ordem do desejo”, não havendo fascistas, mas “desejos fascistas” e pessoas afetadas por eles em maior ou menor grau. São desejos flutuantes e variáveis (não estão dentro das pessoas, mas as atravessam), que podem se tornar positivos e ganhar eco, à medida que surgem lideranças que os galvanizam, e se tornam visíveis e comuns, inclusive nas mídias, mais fortes que os interesses, destacando-se o incômodo com a diferença, responsabilizada por todos os males que impedem minha felicidade, e o “investimento no líder, na força e na vontade como saídas para uma situação percebida como impasse e anomia”. Os desejos fascistas estariam à solta, ficando evidentes nos atuais episódios de violência de rua e simbólica nas redes. “Lidar com isso é como um trabalho de epidemiologia: é preciso tentar conter esses desejos e essas pessoas, imunizar os demais contra eles, mobilizar os desejos e afetos não fascistas que movem as pessoas contra eles” (Necchi, 2018).

Vale retomar o texto de Recalcati (2018) que, igualmente, valendo-se da psicologia social, afirma que o desejo, o fascínio e o apelo de sedução sobre as massas do fascismo são mais escandalosos que sua versão como “regime político-militar de cunho repressivo”, remetendo à questão inicial do clássico “Psicologia de massas do fascismo”: por que as massas desejaram o fascismo e existe na alma humana “uma tentação fascista, um impulso gregário para adorar o líder, algo como um desejo fascista?”. Em contrapartida à razão iluminista, estaria a “incandescência acéfala da vida das massas fascistas”, que revela as “pulsões borbulhantes, movimentos agressivos, impulsos vorazes que, excluindo qualquer forma de mediação simbólica – a democracia –, exigem imperativamente a sua satisfação”. A lição, muito valiosa em nossos dias de (neo)fascismo ascendente, seria que, “quando o tumulto social, a insegurança e a instabilidade atingem o seu auge, a pulsão gregária que anima a identificação ‘da massa’ sempre pode recuperar o seu vigor. O desejo de fascismo é um desejo – como diria Umberto Eco – ‘eterno’”, na medida em que revela a tendência humana de se livrar da ansiedade da liberdade e da aleatoriedade da vida, preferindo até a “consistência das correntes e da ditadura” e o refúgio na “cimentificação da própria identidade em vez de se arriscar à abertura e à contaminação”. Assim, o inconsciente das massas contemporâneas empurra em direção ao “fantasma

do totalitarismo”, invocando a “mão pesada, a militarização dos territórios, o fechamento das fronteiras, a repressão, a exclusão étnica, a expulsão do invasor”, com as direitas reacionárias navegando “na onda emotiva da emergência”, nos “movimentos pulsionais da alma” e no “desejo renovado de fascismo”, espelhado nas miragens e fantasmagorias emanadas de Trump e companhia.

As publicações da *IHU on-line* de outubro terminaram com mais uma reprodução de artigo e uma terceira entrevista, com Marco Antonio Valentim. Este traz à tona o debate sobre o fascismo, pensado em sua relação constitutiva com o Antropoceno, com o qual partilha do mesmo paradoxo: “necessita do outro cuja existência se empenha em aniquilar”, seja o outro como alteridade humana demonizada, seja o ambiente em relação ao capitalismo como sistema econômico predatório (Machado, 2016). Já a reprodução de artigo é de Juan Manuel Karg, que relaciona “pós-verdade e pré-fascismo”, considerando central para a vitória de Bolsonaro a construção da primeira no Brasil, por meio da utilização de *fake news*, disparadas por contratos milionários com várias empresas, que abasteceram grupos de WhatsApp com mentiras (Karg, 2018). Anteriormente, Nunes já havia feito essa relação, ao comentar que esse aplicativo seria “o espelho distorcido, rizomático e militante, que reflete a exploração cínica destas táticas pelo *mainstream*”, com Bolsonaro tendo em seu entorno uma “estrutura de propaganda profissionalmente montada para este propósito” (portanto, nem seria tão militante assim). Quanto ao “fenômeno das *fake news*”, há anos estaria sendo explorado pela direita mais moderada, caracterizando-se por erodir o ambiente de formação de crenças. “Funciona por saturação [...] do entorno das pessoas com informações falsas que se comprovam mutuamente, ou com informações falsas que desacreditam as autoridades nas quais elas normalmente acreditariam”, desorientando-as e fazendo-as acreditar em mentiras e que o que as contradiz é “parte de uma conspiração para esconder a verdade”. Cria-se uma realidade paralela, o que o petismo também fez, mas por falta de ressonância na grande mídia se limitou à sua militância (Necchi, 2018).

Breves considerações acadêmicas sobre o conceito de fascismo

Depois da vitória eleitoral de Bolsonaro, o debate continuou, envolvendo outros periódicos e intelectuais renomados, como entrevistas com Massimo Cacciari e Emilio Gentile e textos de Atilio Boron, Armando Boito Jr., Gilberto Maringoni, Artur Araújo, Marilena Chauí,

Valério Arcary, Michael Löwy, Manuel Loff e Vladimir Safatle. De modo geral, suas reflexões acabam por reforçar as posições já apresentadas, que refletem aquelas presentes na bibliografia acadêmica, também dividida entre historicidade ou atualidade do fascismo, este com suas variantes, e/ou populismo e a análise dos vínculos entre capitalismo, neoliberalismo e fascismo. Vale destacar que esse debate contemporâneo em nosso país é muito tributário daquele travado no Velho Continente (valendo-se, inclusive, de várias traduções), já que lá a extrema-direita deu seus primeiros sinais de ressurgimento ainda no final dos anos 1980, tornando-se, desde então, tema de divergentes estudos teóricos e posicionamentos políticos, enquanto na América Latina teria que aguardar o término da onda progressista ou “populista” (como preferem os críticos da direita liberal), que foi esgotando suas energias utópicas na década de 2010. De um lado, uns (como Gentile) insistem na especificidade histórica do conceito clássico e em sua impropriedade para explicar experiências atuais. De outro, há diferentes reflexões sobre a atualidade dos traços fascistas, que, partindo do referencial da psicologia social ou da sociologia, focaram fatores e contradições da modernidade, incorporando interpretações das intersecções entre capitalismo, neoliberalismo e fascismo (retomando autores frankfurtianos e Michel Foucault, acrescidos de outros como Giorgio Agamben).

Dentre outros mencionados acima, os artigos da edição 490 da Revista IHU já refletem essa pluralidade de posições e o vínculo com o debate acadêmico e político europeu, como os textos de Rodrigo Karmy Bolton e Andrej Angrick. Estes, ao retomar o debate sobre biopolítica e fascismo como dispositivo de controle e parte do cotidiano moderno e do capitalismo neoliberal (resgatando a herança frankfurtiana, a psicologia social e o pensamento de Foucault), acercam-se do “fascismo social” de Boaventura de Sousa Santos (2010; 2016) e de todo o debate acerca da pós-democracia e gestão dos indesejáveis, sintetizado por Rubens Casara (2018) – manutenção aparente das formas jurídicas enquanto as medidas de exceção, centrais nos fascismos e totalitarismos, tornam-se a norma oculta de gestão dos excluídos do sistema.

De fato, “fascismo social” é uma relevante chave teórica para avaliar as intersecções entre os movimentos, regimes e dispositivos fascistas e o neoliberalismo, e é uma variante muito presente nos debates contemporâneos sobre o caso brasileiro, antes e após as eleições de 2018. Essa versão, diferentemente da clássica, não é um regime político ou estatal, mas social e civilizacional que emana da sociedade e torna o Estado testemunha complacente ou culpado ativo, banalizando a democracia até a tornar desnecessária, sacrificando-a para fomentar o capitalismo. É a forma de exclusão e eliminação da vida que se reveste

de fachada democrática, institucional, e está assim legalizada. Nas palavras de Juan Carlos Monedero, cientista político e fundador do Podemos, “O fascismo social se move sob estruturas formalmente democráticas, mas com um nível de exclusão próprio de regimes autoritários” (Respighi, 2016), coexistindo democracias de baixa ou baixíssima intensidade com regimes sociais fascistas e regimes autoritários “que se disfarçam com um verniz democrático”. Para Boaventura de Sousa Santos (2010; 2016), o diagnóstico é de que vivemos em sociedades que são politicamente democráticas, mas socialmente fascistas. Caracteriza o fascismo social: a mercantilização de direitos; a exclusão e repressão de quem não pode arcar com os custos para manutenção da vida; e os discursos que banalizam as mortes, pois disseminam ódio e representações demonizadas da alteridade. No geral, situações desse tipo ocorrem quando pessoas, embora formalmente cidadãs, estão à mercê de decisões unilaterais tomadas por quem detém o poder sobre elas, sem que possam invocar direitos que efetivamente as defendam, não sendo “consideradas plenamente humanas por quem impunemente as pode agredir ou explorar” (Machado, 2016). Ou seja, uma política de controle populacional acompanha a desregulamentação da economia (o livre mercado), sendo seu “componente autoritário” (Hernández, 2016). Aqui podemos enquadrar as variantes explicativas que falam em “novo”, “neo” ou mesmo pós-fascismo ou “fascismo artificial”. É o caso do artigo de Jorge Alemán, publicado em abril de 2018 pelo IHU, que relaciona, diretamente, neoliberalismo e “pós-fascismo”, sendo o primeiro um “novo tipo de ‘racionalidade’ [...] incompatível com as tradições liberais modernas”, cuja principal característica é “a transformação do ser falante, mortal e sexuado em um ente considerado apenas como ‘capital humano’”. Isto dá origem a novas figuras históricas, como o “consumidor consumido”, o “empresário de si mesmo”, o devedor permanente de sua própria vida”, a “vida matável”, “a lógica do ‘ganhador-perdedor’ em todos os registros mais íntimos do vínculo social” e o “sacrifício coletivo sem causa alguma, só provocado por exigências financeiras”. Com a subjetividade tornada “capital humano”, os pactos, procedimentos, contratos institucionais, fundantes da democracia moderna, passam por acelerado processo de liquefação, “reduzindo a democracia e suas instituições a puros simulacros que, progressivamente, vão perdendo sua eficácia simbólica”. Como um cupim, o “estado de exceção” vai se banalizando e corroendo as instituições e garantias constitucionais. Colapsam “todos os projetos da modernidade que relacionavam a experiência da verdade com uma transformação de si e, por sua vez, com uma transformação coletiva”, fragilizando essas “grandes apostas teóricas e éticas”. É a “mutação neoliberal pós-fascista” do capitalis-

mo que, “na heterogeneidade mutante de suas formas, só dispõe de uma administração econômica repressiva para a governança, sem nenhuma capacidade para articular povo, nação e Estado”, apelando assim a identidades xenófobas e racistas e carecendo de legitimidade para construir um governo democrático. Muito dessa argumentação será retomada por Marilena Chauí (2019) e outros para refutar o uso do conceito na explicação dos casos atuais.

Em contrapartida, temos o texto de Leonardo Boff, publicado pelo IHU em agosto de 2018, como um dentre tantos que recuperou os traços centrais do conceito clássico para diagnosticar o presente como (neo)fascista, entendendo as experiências pregressas de forma mais teórica que histórica (portanto, não o limitando espacial e temporalmente à Europa do entreguerras e sendo capaz de articular e explicar a ainda atual conjunção de contradições do sistema capitalista e do processo de modernização). Em um curto artigo midiático, encaixa o bolsonarismo em um tipo ideal do fenômeno. “O fascismo nasceu e nasce dentro de um determinado contexto de anomia, desordem social e crise generalizada. Desaparecem as certezas e as ordens estabelecidas se debilitam”. Essa desordem, que dificulta a vivência de indivíduos e sociedades, é o nascedouro do nicho do fascismo, como nos casos clássicos, em que a resposta do pós-guerra foi a instauração do autoritarismo, do monopólio da representação política mediante partido único de massa hierarquizado e totalitário, à frente de um “Estado corporativista autoritário e de terror” legitimado, simbolicamente, por meio de liturgias políticas fundadas na ideia da regeneração nacional e no culto aos mitos, antigas tradições e heróis nacionais. Ao mesmo tempo anticomunista e anticapitalista, seria uma corporação acima das classes, criadora de totalidade social fechada e homogênea, que vigia e suprime oposições, estando a violência também presente no neofascismo. Sobre esse ressurgimento, Boff aponta que o fascismo nunca desapareceu totalmente, sempre havendo grupos “movidos por um arquétipo fundamental [...] sempre em nome de uma ordem a ser forjada contra a atual desordem vigente usando de violência [...] É a perversão maior da sociabilidade humana”, usando a violência como modo de se relacionar com a sociedade.

Tanto o texto de Boff quanto vários outros citados ao longo deste artigo reproduzem as características mais gerais do conceito de fascismo, aquelas comuns a diferentes autores, como Henry Michel (1977), Stein Larsen (2001) e Robert Paxton (2007), não obstante suas diferenças. Assim o mínimo denominador conceitual comum na bibliografia científica figura nos diversos artigos e entrevistas recentes. É o caso da sensação generalizada de crise e decadência, bem como da degradação da estabilidade institucional, desorganização social, fragmentações múltiplas, radicali-

zação e violência endêmica confrontadas por um discurso simplista, moralista, maniqueísta, paranoico e conspiratório de regeneração, energização e purificação da nação, de “índole messiânica, salvacionista, apolítica” fundada em um impulso vitalista, violento e emocional, renunciando ao pensamento crítico, cultivando “nossos piores sentimentos irracionais” e criando “efeitos e afetos, uma falsa unidade” prática (Vianna, 2008; Rocha, 2017; Badiou, 2017). A anomia contextual é enfrentada por um voluntarismo que fragiliza a institucionalidade, sendo reflexo da propaganda neofascista intensa, que calunia e demoniza a alteridade, exacerba ansiedades, ressentimentos e o medo das diferenças, nega a legitimidade das oposições e, a partir de cima, massifica, arregimenta e mobiliza pelo ódio contra “bodes expiatórios” e o exemplo de um líder salvador (Romano, 2013; Pacheco e Ramírez, 2017; Colombo, 2017; 2018; Necchi, 2018; Souza, 2018; IHU on-line, 2018c).

Convergências à parte, tal qual o debate midiático sobre o (neo)fascismo, se a bibliografia especializada é profícua, também é contraditória. A própria ausência de consenso quanto ao que seria fascismo, e sua possibilidade ou não de existência fora da Europa do Entreguerras, está refletida nas controvérsias na versão sintetizada e midiaticizada acerca de suas possíveis manifestações contemporâneas, que acabam por reproduzir o entendimento fenomenológico e as principais características elencadas por diferentes especialistas. Como não temos espaço para reproduzir, detalhadamente, as linhas principais do debate acadêmico, cabe um sobrevoo. No *Dicionário de política* organizado por Norberto Bobbio e outros, o verbete “fascismo” é apresentado por Edda Saccomani (1998, p. 466-467) e, assim como “populismo”, também tem no início de sua descrição o destaque para a ambiguidade conceitual; inclusive, o primeiro subtítulo é “problemas de definição”, que destaca “definições diversas e frequentemente contraditórias” na bibliografia especializada, que refletem a complexidade do objeto e a pluralidade de enfoques, enfatizando um ou outro aspecto como central. Buscando alguma precisão, a segunda parte aborda as diferentes “teorias sobre o fascismo”, desenvolvidas por estudiosos de várias tendências, a partir dos anos 1920, e a última levanta os “problemas abertos”. Saccomani diferencia três usos ou significados principais do fascismo: referência ao núcleo original (caso italiano, cujas teorizações iniciais são contemporâneas ao próprio fenômeno); analogia essencial entre o fascismo italiano e alemão (teorização que surge a partir da ascensão nazista, que problematiza a suposta especificidade italiana); abrangência do conceito para todos os movimentos e regimes que compartilharam características centrais do “fascismo histórico”, pensado aqui como “modelo de dominação essencialmente único”, que busca raízes temporais comuns do fenômeno para além das especificidades espaciais. No terceiro caso, a definição

foi tão esticada que seus contornos ficaram indefinidos e “se tornou difícil sua utilização com propósitos científicos”, ao que se seguiu uma tendência contrária de, novamente, restringir seu uso apenas ao fascismo histórico. No entanto, a generalização e sua tipificação contribuíram para o conhecimento do fenômeno em sua dimensão concreta, possibilitando verificações empíricas de cada caso, sendo as interpretações mais correntes divididas em: “fascismo como uma ditadura aberta da burguesia” (raiz marxista); “como totalitarismo” (em destaque, o antiliberalismo e os mecanismos de funcionamento e controle do Estado); “como via para a modernização” (portanto, decorrente de conflitos e crises oriundas da modernização, sendo via para ela, e não sintoma de sociedades industriais consolidadas); e “como revolta da pequena burguesia” (ênfase em apenas um fator, sem leitura sistemática, ainda que relacione análise socioeconômica com psicossocial). Para Saccomani (1998, p. 466), uma definição genérica de fascismo seria:

um sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, do desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planificada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

Considerações conclusivas

Contrapondo a definição sintética de Saccomani ao que foi apresentado acerca do debate contemporâneo, fato é que muitos elementos estão presentes e outros ausentes. Outro fato é que a divergência dos autores sobre a pertinência ou não de pensar a atual conjuntura a partir do (neo)fascismo reflete os próprios posicionamentos distintos no debate acadêmico sobre o conceito clássico.

Deste modo, enquanto alguns se alinham com a historiografia que define a especificidade temporal e espacial das experiências clássicas, refutando o uso do conceito para explicar nosso tempo (seriam experiências históricas não repetíveis), outros estão entre os que teorizam e generalizam o conceito, “esticando-o” como uma forma de movimento, Estado ou elemento da psicologia social, passível de repetição. Nesse campo plural situam-se desde quem entenda o (neo)fascismo a partir das contradições do capitalismo, sendo herdeiros da tradição crítica, até quem negue o conceito clássico ou sua versão neo, preferindo falar em fascismo social ou outra coisa. É óbvio que as fronteiras são permeáveis, sendo feito aqui um esforço divisório simplista, e para fins didáticos. De todo modo, entre sufixos e prefixos variados, as definições vão de populismo à sua negação, de proto, neo, pós ou fascismo à sua negação.

Um terceiro e último fato, que é consensual e está na própria origem do frutífero debate travado em nosso tempo, é que os sintomas presentes são demasiado incômodos e uma definição correta não é mero preciosismo, mas necessária para um melhor enfrentamento intelectual, científico e político. Igualmente perturbadora é a atualidade do diálogo final do filme de Bergman. Sentimento generalizado de impotência, ódio herdado e nutrido, idealismo e impaciência de muitos jovens e, finalmente, quem se adiantou e traduziu isso em um discurso pronto, apropriando-se de demandas legítimas e dando a elas um sentido conspiratório global, despertando a urgência de um líder salvador, que fala em grandeza e sacrifício. Se o prenúncio de que nosso mundo afunde em sangue e fogo pode parecer exagerado, sabemos que o exterminismo e os grandes expurgos sacrificais são desejos de muitos, cuja realização sublimada se dá ao ouvir o grande líder. Há tempos os contornos do réptil já foram identificados ainda no ovo por clarividentes analistas. Agora, quando muitos acordaram diante da obviedade dos fatos, o animal cresceu, multiplicou-se e mobiliza milhões, ocupando os mais altos cargos da República em diversos países, ameaçados de implosão. Pessoalmente, tendo a subscrever a tese do (neo)fascismo e, identificado o problema, apoiar as soluções mais eficazes para seu combate, entendendo com Michel Löwy (2019) que é o próprio “sistema capitalista, sobretudo nos períodos de crise, [quem] produz e reproduz constantemente fenômenos como o fascismo, o racismo, os golpes de estado e as ditaduras militares”. Logo, as raízes do fenômeno são sistêmicas e as alternativas devem ir à raiz do problema. Se um bom começo é “chamar o fascismo por seu nome”, uma continuidade ou saída teórica é medir os fenômenos por seu “grau de fascismo” (Larsen, 2001), partindo da maior ou menor proximidade do tipo ideal. Um bom desfecho é retomar

lições da escola frankfurtiana e, com Adorno (1951), isolar e identificar o fenômeno a partir da adoção de uma teoria explícita de sociedade, destacando o caráter alienante dos fascismos e suas finalidades objetivas, em benefício do capital, o que é irrefutável em nosso tempo de consumação e generalização da pós-verdade acoplada ao avanço do ultraliberalismo predatório.

Referências

- ADORNO, T. W. 2018 [1951]. A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. 25/10/2018. *Blog da Boitempo*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/25/adorno-a-psicanalise-da-adesao-ao-fascismo/>. Acesso em: 03/04/2019.
- ALEMÁN, J. 2018. Neoliberalismo e pós-fascismo. 27/04/2018. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/578372-neoliberalismo-e-pos-fascismo-artigo-de-jorge-aleman>. Acesso em: 12/03/2020.
- ARCARY, V. 2019. Questões sobre o neofascismo (e Bolsonaro). 25/10/2019. *A terra é redonda*. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/questoes-sobre-o-neofascismo-e-bolsonaro/>. Acesso em 10/01/2020.
- BADIOU, A. 2017. Do “Fascismo Democrático” a um novo comunismo? 05/09/2017. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/571369-do-fascismo-democratico-a-um-novo-comunismo>. Acesso em: 10/03/2020.
- BOFF, Leonardo. 2018. O neofascismo, onda mundial. 11/08/2018. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/581730-o-neofascismo-onda-mundial>. Acesso em: 06/03/2020.
- BOITO JR., A. 2019. A questão do fascismo no governo Bolsonaro. 10/01/2019. *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 16/01/2020.
- BRITO, G. 2018. “Um Brasil de Bolsonaro será quebrado economicamente, isolado no mundo, exaurido e ensanguentado”. Entrevista com Virgínia Fontes. 13/10/2018. *IHU*. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583695-um-brasil-de-bolsonaro-sera-quebrado-economicamente-isolado-no-mundo-exaurido-e-ensanguentado-entrevista-com-virginia-fontes. Acesso em: 11/03/2018.
- CEAS. “Tecendo a esperança em tempos sombrios. O fascismo não nos representa! Nota do CEAS de Salvador, BA”. 10/11/2018. *IHU*. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583651-tecendo-a-esperanca-em-tempos-sombrios-o-fascismo-nao-nos-representa-nota-do-ceas-de-salvador-ba>. Acesso em: 03/03/2022.
- CHAUÍ, M. 2019. Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. 06/10/2019. *A terra é redonda*. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>. Acesso em: 13/12/2019.
- CASARA, R. R. R. 2018. *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 240 p.
- COLOMBO, F. 2018. O novo fascismo artificial. 28/11/2017. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/574085-o-novo-fascismo-artificial>. Acesso em: 16/01/2020.
- COLOMBO, F. 2018. Umberto Eco, como se nasce e como se morre de fascismo. 17/01/2018. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/575269-umberto-eco-como-se-nasce-e-como-se-morre-de-fascismo>. Acesso em: 18/01/2020.
- CUNHA, M. N. 2018. “Lobos devoradores” e o cristofascismo no Brasil. 17/10/2018. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583800-lobos-devoradores-e-o-cristofascismo-no-brasil>. Acesso em: 11/03/2020.
- FEBBRO, E. 2018. Um fascismo renovado percorre a Europa. 06/06/2018. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/579652-um-fascismo-renovado-percorre-a-europa>. Acesso em: 10/03/2020.
- GEISELBERGER, H. et al. 2019. *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo, Estação Liberdade, 352 p.
- HERNÁNDEZ, E. G. 2016. A história do caminho do capitalismo para o fascismo social. 03/02/2016. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/551338-a-historia-do-caminho-do-capitalismo-para-o-fascismo-social>. Acesso em: 10/03/2020.
- IHU online. 2018a. Intelectuais e artistas da América e da Europa fazem alerta contra Bolsonaro em manifesto. 25/10/2018. *IHU*. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/584087-intelectuais-e-artistas-da-america-e-da-europa-fazem-alerta-contra-bolsonaro-em-manifesto. Acesso em: 11/03/2020.
- IHU online. 2018b. Batida policial em universidades acirra tensão pré-eleição. 26/10/2018. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584143-batida-policial-em-universidades-acirra-tensao-pre-eleicao>. Acesso em: 11/03/2020.
- IHU online. 2018c. “Estamos vivendo o capítulo brasileiro da falência global da democracia liberal”. Entrevista especial com Luis Felipe Miguel. 25/10/2018. *IHU*. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/584059-estamos-vivendo-o-capitulo-brasileiro-da-falencia-global-da-democracia-liberal-entrevista-especial-com-luis-felipe-miguel. Acesso em: 11/03/2020.
- KARG, J. M. 2018. A pós-verdade é o pré-fascismo. 31/10/2018. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584258-a-pos-verdade-e-o-pre-fascismo>. Acesso em: 12/03/2020.
- LARSEN, S. U. (org.). 2001. *Fascism outside Europe*. New York, Columbia University Press, 789 p.
- LÖWY, M. 2019. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. 24/10/2019. *Carta Maior*. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-Bolsonaro/4/45603>. Acesso em: 18/01/2019.
- MACHADO, R. 2016. A difícil reinvenção da democracia frente ao fascismo social. Entrevista especial com Boaventura de Sousa Santos. 08/12/2016. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/563035-a-dificil-reinvencao-da-democracia-frente-ao-fascismo-social-entrevista-especial-com-boaventura-de-sousa-santos>. Acesso em: 06/03/2020.
- MARETTI, E. 2017. Com 80% de cristãos, Brasil vira país da intolerância e ruma ao fascismo. 08/02/2017. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/564678-com-80-de-cristaos-brasil-vira-pais-da-intolerancia-e-ruma-ao-fascismo>. Acesso em: 12/01/2020.
- MICHEL, H. 1977. *Os fascismos*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 98 p.
- NECCHI, V. 2018. “Estejam preparados para viver com as consequências dessa escolha: se o pior acontecer, vocês não vão poder dizer que não sabiam”. Entrevista especial com Rodrigo Nunes. 26/10/2018. *IHU*. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584143-batida-policial-em-universidades-acirra-tensao-pre-eleicao.

- br/159-noticias/entrevistas/584099-estejam-preparados-para-viver-com-as-consequencias-dessa-escolha-se-o-pior-acontecer-voces-nao-vaopoder-dizer-que-nao-sabiam-entrevista-especial-com-rodrigo-nunes. Acesso em: 11/03/2020.
- NOVAES, Marina. 2018. 'O que é fascismo?': a maior dúvida dos brasileiros em 2018, segundo o Google. 13/12/2018. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/585499-o-que-e-fascismo-a-maior-duvida-dos-brasileiros-em-2018-segundo-o-google>. Acesso em: 11/03/2020.
- O OVO da serpente. Direção de Ingmar Bergman. Alemanha; EUA, 1977 (120 min.).
- PAXTON, R. O. 2007. *A anatomia do fascismo*. São Paulo, Paz e Terra, 420 p.
- PACHECO, L. E.; RAMÍREZ, F. G. 2017. "O perigo real é o retorno do fascismo". Entrevista com o filósofo Rob Riemen. 28/10/2017. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/573103-o-perigo-real-e-o-retorno-do-fascismo-entrevista-com-o-filosofo-rob-riemen>. Acesso em: 15/01/2020.
- PIQUERAS, A. 2014. O fascismo transnacional e o demônio russo. 19/09/2014. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/170-noticias/noticias-2014/535397-o-fascismo-transnacional-e-o-demonio-russo>. Acesso em: 07/03/2020.
- RECALCATI, M. 2018. O desejo imortal de fascismo. 06/03/2018. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/576640-o-desejo-imortal-de-fascismo>. Acesso em: 10/03/2020.
- RESPIGHI, E. 2016. "O fascismo social se move sob estruturas formalmente democráticas". Entrevista com Juan Carlos Monedero. 13/12/2016. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/560008-o-fascismo-social-se-move-sob-estruturas-formalmente-democraticas>. Acesso em: 06/03/2020.
- REVISTA IHU. 2016. *A volta do fascismo e a intolerância como fundamento político*. São Leopoldo, Instituto Humanitas Unisinos, nº 490.
- ROCHA, B. L. 2017. A nova república acabou, a esquerda ainda não ressurgiu e o fascismo insiste em ressuscitar. 05/10/2017. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/572368-a-nova-republica-acabou-a-esquerda-ainda-nao-ressurgiu-e-o-fascismo-insiste-em-ressuscitar-1>. Acesso em: 13/01/2020.
- ROMANO, R. 2013. Fascismo! 19/11/2013. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/171-noticias/noticias-2013/525787-fascismo->. Acesso em: 07/03/2020.
- SACCOMANI, E. 1998. Fascismo. In: N. BOBBIO; N. MATTEUCI; G. PASQUINO (org.). *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília, Editora da UNB, p. 466-475. 1.330 p.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). 2010. *Epistemologias do sul*. São Paulo, Cortez, 638 p.
- SANTOS, B. S. 2016. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo, Boitempo, 224 p.
- SOUZA, J. 2018. A ascensão do fascismo. 13/10/2018. *IHU*. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583694-a-ascensao-do-fascismo-artigo-de-jesse-souza. Acesso em: 11/03/2020.
- VIANNA, L. W. 2008. Fascismo: moralismo faz a política ficar de fora da discussão. Entrevista especial com Luiz Werneck Vianna. 19/07/2008. *IHU*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/15373-fascismo-moralismo-faz-a-politica-ficar-de-fora-da-discussao-entrevista-especial-com-luiz-werneck-vianna>. Acesso em: 10/03/2020.

Submetido em: 26/03/2020

Aceito em: 20/06/2020